



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150540 - MG (2021/0223933-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : PABLO DO AMARAL LOPES (PRESO)
ADVOGADO : XENOFONTES CURVELO PILO E OUTRO(S) - MG151340
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : JONATHAN MAGNUN PERES
CORRÉU : ADRIANO DE SA ROCHA
CORRÉU : CLOVIS CLEBER FELIX HIGINO
CORRÉU : FELIPE DOS REIS MARTINS
CORRÉU : JEFERSON EUSTAQUIO TEIXEIRA
CORRÉU : JOSE LUCAS DA CUNHA NETO
CORRÉU : LAURESIO LUCIO DE JESUS
CORRÉU : LUCIANO DE ALMEIDA FERREIRA
CORRÉU : LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
CORRÉU : MARCOS BARBOSA PEREIRA
CORRÉU : WARLEI DEIVSON DOS SANTOS
CORRÉU : MARLON ERLON DA CONCEICAO
CORRÉU : GABRIEL SILVA DE ARAUJO
CORRÉU : IGOR PEREIRA DOS REIS CASSIMIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PABLO DO AMARAL LOPES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.106614-7/000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 9/11/2021, pela prática, em tese, dos crimes tipificados no art. 2ª, *caput*, §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/03; art. 317, § 1º, do Código Penal, na forma do art. 69 do Código Penal..

Sustenta que "se encontra, manifesto, notório e escancarado o excesso de prazo, ou seja, duzentos e quatorze dias, para a formação da culpa, a que não deu causa o réu/paciente, devendo, por inexorável ser acolhido o presente pedido de habeas corpus, restabelecendo-se o *jus libertatis*, ao paciente, o qual amarga, injustificável e indevida restrição em sua liberdade. " (fl. 2.312)

Aduz, ainda, que "Insistimos em afirmar que em toda instrução criminal não existem provas robustas as quais demonstram que o paciente estaria ligado a suposta

organização criminosa, o que temos nos autos são conclusões precipitadas do Ministério Público Estadual, inclusive arrebanhando todos, e na instrução criminal, a qual até o presente momento não foi realizada, e o paciente fica aguardando ad aeternum acautelado, longe de seus familiares." (fl. 2.316)

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva. Subsidiariamente, requer seja concedido ao paciente prisão domiciliar ao paciente com uso de tornozeleira eletrônica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente